

**COLONIALIDADE, RACISMO E EDUCAÇÃO:
DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NEGRAS
E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA ESCOLA¹**

**COLONIALITY, RACISM, AND EDUCATION:
CHALLENGES FOR THE CONSTRUCTION OF BLACK
IDENTITIES AND ANTIRACIST PRACTICES IN SCHOOLS**

Emerson Picanço²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6628-2675>

Enviado em: 18/11/2024

Aceito em: 22/01/2025

Publicado em: 08/02/2025

Resumo: O texto discute a relação entre modernidade europeia e colonialidade, mostrando como está estrutura desigualdades contemporâneas ao perpetuar hierarquias raciais, marginalizações e a desumanização dos colonizados. No ensino de Sociologia, abordar a colonialidade ajuda a compreender as raízes do racismo e sua influência atual, especialmente na deslegitimação de saberes não eurocêntricos e na manutenção da supremacia branca nas instituições educacionais. Além disso, o texto explora as identidades negras contemporâneas e a negritude como um movimento de afirmação e resistência, valorizando a ancestralidade e os quilombos. A prática pedagógica antirracista, aliada ao uso de materiais audiovisuais, é apontada como essencial para descolonizar a educação, promover o autoreconhecimento e incentivar um posicionamento crítico contra o racismo.

Palavras-chave: Colonialidade, Identidade Negra, Educação Antirracista.

Abstract: This text examines the relationship between European modernity and coloniality, highlighting how the latter structures contemporary inequalities by perpetuating racial hierarchies, marginalization, and the dehumanization of the colonized. In the teaching of Sociology, addressing coloniality helps to understand the historical roots of racism and its ongoing influence, particularly in the delegitimization of non-Eurocentric knowledge and the maintenance of white supremacy in educational institutions. Furthermore, the text explores

¹ Este artigo foi desenvolvido como parte do trabalho de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PROFSCIO/2024).

² Mestrando do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO). Especialista em Políticas Públicas e Socioduação pela ENS/UNB. Especialista em Gestão Urbana pela UNIFAP. Professor de Sociologia na rede pública de ensino do Estado do Amapá (GEA).
E-mail: buryty@yahoo.com.br

contemporary Black identities and negritude as a movement of affirmation and resistance, emphasizing ancestry and quilombos as key elements. Anti-racist pedagogical practices, combined with the use of audiovisual materials, are presented as essential tools to decolonize education, foster self-recognition, and encourage a critical stance against racism.

Keywords: Coloniality, Black Identity, Anti-Racist Education.

Colonialidade, racismo epistêmico e o pacto da branquitude

A modernidade, frequentemente associada ao Renascimento e ao Iluminismo europeu, possui um lado sombrio, a colonialidade³. Esta se constitui como uma lógica de poder que estrutura as desigualdades contemporâneas (Mignolo, 2005; Maldonado-Torres, 2007, p. 244). Embora apresentada desvinculada da modernidade, sua influência persiste na organização social, econômica e cultural, perpetuando hierarquias e marginalizações (Mignolo, 2005, p. 26).

Nessa conjuntura, encontram-se os sujeitos que ocupam a base da hierarquia colonial, os colonizados. Despojados de humanidade, dignidade e direitos pela violência estrutural do colonialismo, essas populações são marginalizadas não apenas economicamente, mas também social e culturalmente. Confinadas às periferias da vida política e simbólica, vivem sob exclusão, exploração e opressão cotidiana (Fanon, 2022). Assim, a colonialidade não apenas sustenta as desigualdades contemporâneas, mas também define quem tem acesso ao reconhecimento e à participação plena na sociedade.

³ A colonialidade é distinta do colonialismo. O colonialismo refere-se a uma relação política e econômica em que a soberania de uma nação ou povo é subordinada ao poder de outra, transformando esta última em um império. Já a colonialidade vai além, abrangendo padrões de poder duradouros que surgiram com o colonialismo, mas que ultrapassam os limites das administrações coloniais. Esses padrões moldam profundamente a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas e a produção de conhecimento. Por isso, a colonialidade sobrevive ao colonialismo, mantendo-se viva nos livros, nos critérios de desempenho acadêmico, nos padrões culturais, no senso comum, na autoimagem das pessoas, em suas aspirações e em muitos outros aspectos da experiência moderna. Em certo sentido, como sujeitos modernos, estamos imersos na colonialidade, respirando-a continuamente, todos os dias. (Maldonado-Torres, 2007, p. 243).

Abordar a colonialidade como parte da aprendizagem sobre as relações étnico-raciais no ensino de Sociologia possibilita revelar as raízes históricas e estruturais do racismo. Isso se deve ao fato de que essa lógica de poder persiste na subordinação dos povos não brancos em diversos âmbitos da vida social, como o conhecimento, a cultura e a economia.

Ao explorar essa perspectiva, os estudantes podem compreender melhor como as hierarquias raciais, sociais, culturais e epistemológicas instauradas no período colonial continuam moldando as desigualdades contemporâneas. No contexto do ensino público, essa abordagem se mostra especialmente relevante, pois alcança estudantes de segmentos populares frequentemente afetados por desigualdades e explorações sistêmicas. Dessa forma, proporciona-lhes ferramentas crítico-reflexivas para compreender que o processo de produção das alteridades de grupos subalternizados e periféricos está intimamente vinculado à acumulação de poder e capital pelas elites.

Além disso, possibilita entender que a colonialidade atuou profundamente no plano psicológico e cultural ao promover a desumanização dos colonizados, estabelecendo uma estrutura racial na qual o branco é tomado como o padrão de humanidade. Essa estrutura colonial sustenta-se na construção de uma identidade racial que coloca os colonizadores como superiores e universais, enquanto os colonizados são reduzidos à condição de subalternos. Essa desumanização reforça a violência simbólica e material, perpetuando a dominação não apenas pelo controle físico, mas também pela internalização de um imaginário racial que legitima o privilégio branco e inferioriza as populações negras e indígenas.

Ao se apresentar como gestão permanente de uma matriz colonial de poder, a colonialidade se estabelece por meio de relações de dominação sobre o ser e o saber. Esse sistema instituiu uma classificação social baseada no conceito biológico de raça como elemento desqualificador, desumanizador e silenciador dos corpos subjugados pelo colonialismo (Quijano, 2005; 2007). Compreendida contemporaneamente como

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

uma noção ideológica (Sousa, 2021), a colonialidade expandiu-se nas sociedades não ocidentais, consolidando a episteme europeia como padrão central de compreensão da realidade e sustentação do sistema-mundo moderno (Minolo, 2017).

Toda experiência humana está ligada à produção e reprodução de conhecimento (Santos; Meneses, 2010, p. 15). No entanto, a racionalidade colonial eurocêntrica persiste de maneira estruturada e duradoura, utilizando a raça como critério para impor hierarquias, definir identidades e atribuir papéis sociais (Quijano, 2007, p. 117). Esse mecanismo de dominação não se restringe às relações sociais, mas se estende à configuração da subjetividade, à cultura e, principalmente, à forma como o conhecimento é produzido e validado, consolidando a hegemonia de uma única perspectiva sobre a realidade (Quijano, 2007, p. 121).

No Brasil, a escravização foi um mecanismo central no processo de colonização, buscando destituir os povos afropindorâmicos⁴ de suas bases socioculturais, desestruturando suas identidades individuais e coletivas (Santos, 2015, p. 37). Assim, consolidou-se um sistema de classificação racial e social que institucionalizou o racismo epistêmico e o epistemicídio como instrumentos de subjugação e deslegitimação do saber produzido por grupos subalternizados (Santos; Meneses, 2010).

Como um elemento da colonialidade, o racismo epistêmico se manifesta em instituições como escolas e universidades reproduzindo uma hierarquia de saberes na qual apenas o conhecimento produzido pelos grupos dominantes, majoritariamente brancos, é considerado científico, legítimo e válido. Esse processo resulta na exclusão sistemática de outros modos de conhecer e interpretar o mundo, reduzindo-os a folclore, crenças ou superstições e, muitas vezes, apagando-os dos currículos escolares, da produção científica e do campo de compreensão da realidade. Como consequência, marginalizam-se saberes não ocidentais e impede-se a pluridiversidade epistêmica,

⁴ Designação utilizada pelo pensamento contracolonial como marcador de descolonização da linguagem é do pensamento. Do Tupi-Guarani, Pindorama, significa “Terra das Palmeiras”, e nomeia todas as regiões e territórios da chamada América do Sul (Santos, 2015).

perpetuando uma visão eurocêntrica da realidade e naturalizando desigualdades sociais, culturais e políticas.

Portanto, o capital cultural⁵ investido como arbitrário cultural (Bourdieu; Passeron, 2023, p. 55) dentro da ordem social no Brasil pós-abolição torna-se um mecanismo essencial para perpetuar as iniquidades, uma vez que a elite branca e as instituições educacionais que administravam o capital dominante construíram barreiras para a inclusão de negros e outros grupos subalternizados. O sistema educacional não atuou como um espaço de igualdade, mas como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais e raciais, e a ausência de políticas efetivas de integração para os ex-escravizados, aliada à centralização do acesso ao conhecimento formal nas mãos de uma elite privilegiada, consolidou uma estrutura onde o capital cultural necessário para ascensão social era inacessível à maioria da população negra.

Dessa forma, o capital cultural não apenas operou como um veículo de exclusão, mas também serviu para justificar e naturalizar as desigualdades, reforçando a subalternização daqueles que foram historicamente privados de acesso à educação e aos bens culturais legitimados pela sociedade. Esse processo de exclusão sistemática contribuiu para a manutenção de um ciclo de desigualdade e exploração, no qual a falta de capital cultural impediu a mobilidade social da população negra, consolidando a marginalização econômica e intelectual desses grupos (Souza, 2024). Além disso, a naturalização dessas desigualdades foi reforçada por discursos meritocráticos que ignoravam as barreiras estruturais impostas aos grupos subalternizados. A crença de

⁵ Capital cultural refere-se a um conjunto de recursos simbólicos, como conhecimentos, habilidades, educação, valores culturais e práticas, que um indivíduo ou grupo possui e que pode ser utilizado para obter vantagens sociais, econômicas e simbólicas em uma determinada sociedade. O capital cultural pode existir em três formas principais: incorporada, quando internalizada pelo indivíduo ao longo de sua vida, como habilidades, conhecimentos e disposições culturais (*habitus*), objetivada, através de bens culturais materiais, como livros, instrumentos ou obras de arte, e institucionalizada, através do reconhecimento formal, como diplomas ou títulos acadêmicos, que validam e legitimam o capital cultural. O capital cultural é um mecanismo central de reprodução das desigualdades sociais, pois grupos dominantes o utiliza para manter sua posição de poder e marginalizar outros grupos, cujos capitais culturais são desvalorizados ou estigmatizados (Bourdieu; Passeron, 2023).

que o sucesso educacional e profissional dependia exclusivamente do esforço individual mascarava a influência determinante do capital cultural na trajetória dos indivíduos, ocultando os privilégios históricos das elites e deslegitimando as demandas por políticas de reparação e inclusão (Bento, 2022). Desta forma, a exclusão educacional e cultural tornou-se um mecanismo poderoso para a perpetuação do status quo, garantindo que o poder simbólico permanecesse concentrado nas mãos daqueles que detinham o monopólio do conhecimento legitimado.

Os impactos psicológicos dessa supremacia branca e colonial sobre os povos subalternizados geram uma opressão psíquica, levando à internalização de um sentimento de inferioridade racial. Isso os impulsiona a buscar a aprovação do branco colonizador, adotando maneiras, costumes e valores como máscaras que escondem sua verdadeira identidade. Esse conflito interno resulta em sofrimento psicológico, pois cria uma tensão entre a identidade ancestral e as exigências da identidade colonizadora (Fanon, 2020). O racismo estrutural, enquanto instrumento de dominação, não opera apenas pela violência física, mas também pela violência simbólica, que se perpetua através da linguagem e dos estereótipos. Dessa forma, impor a língua e os modos do branco não apenas silencia outras formas de existência, mas também reforça a subjugação do negro como objeto, em vez de sujeito autônomo (Fanon, 2020).

A branquitude torna-se um marcador racial central na manutenção das hierarquias sociais. O pacto narcísico da branquitude se manifesta como uma aliança tácita entre indivíduos brancos para preservar seu poder e status, ainda que de maneira inconsciente. Essa estrutura se reflete em diversas esferas, como o mercado de trabalho, a educação e a política, onde práticas aparentemente neutras acabam reforçando privilégios raciais e marginalizando pessoas negras (Bento, 2022, p. 17-19). A branquitude constrói uma autoimagem idealizada, na qual pessoas brancas se percebem como superiores ou mais competentes, visão reforçada pelo sistema social e econômico, que as leva a não questionar os privilégios que possuem. Esse narcisismo

coletivo inibe a autocrítica e impede a percepção da própria responsabilidade na perpetuação do racismo estrutural (Bento, 2022, p. 28-29).

Esse pacto está intrinsecamente relacionado ao conceito de capital cultural (Bourdieu; Passeron, 2023) pois ambos os conceitos destacam como a dominação simbólica e estrutural é perpetuada. Enquanto o capital cultural dominante, detido principalmente por grupos brancos, é legitimado e valorizado socialmente, o capital cultural de grupos racializados é sistematicamente desqualificado e marginalizado. Assim, o pacto da branquitude opera como um mecanismo que reforça a hierarquização racial, utilizando o capital cultural como ferramenta para manter privilégios e justificar a superioridade branca, ao mesmo tempo em que aliena e subalterniza as identidades e culturas não brancas.

Essa dominação ocorre dentro de um contrato racial implícito que estrutura os regimes políticos e institucionais com base em uma supremacia branca, que estabelece normas e expectativas tácitas que orientam um tratamento diferenciado entre grupos racializados, influenciando leis, políticas e a própria construção, interpretação e transmissão do conhecimento e da realidade. Dessa forma, a opressão racial é naturalizada, alienando identidades e subjetividades e reforçando estereótipos negativos sobre a população negra (Mills, 2023, p. 34-36). Esse processo de controle do “outro”, produto de uma construção ideológica (Sousa, 2021), ocorre por meio da projeção de representações que ocultam a sua humanidade, aprisionando-o em estereótipos redutores fabricados pela dominação, atribuindo ao outro o lugar de não sujeito (Kilomba, 2019, p. 33).

Instrumento físico e simbólico de controle e dominação colonial sobre o ser e o saber, a abordagem sobre a máscara de silenciamento permite explorar o conceito de Outridade como expressão dessa imposição de papéis subordinados às pessoas racializadas em uma sociedade estruturada pelo racismo. Forçados pela narrativa dominante a assumir alteridades subordinadas, os escravizados tiveram suas subjetividades silenciadas e sua humanidade negada, sendo reduzidos a uma condição

de “outro” desumanizado (Kilomba, 2019, p. 37). A relação entre máscara e Outridade está diretamente ligada à maneira como o sistema colonial separa os sujeitos entre quem detém o poder de falar, de ser e de saber, e quem é reduzido ao silêncio, à invisibilidade e à posição de objeto. A máscara é uma forma de controle e subjugação, pois aliena o “Outro” de sua identidade, impondo-lhe uma imagem que serve aos interesses do colonizador e perpetua a hierarquia entre o “eu” (quem narra) e o “Outro” (quem é narrado). Dessa forma, a máscara funciona como ferramenta de dominação, apagando as múltiplas narrativas dos sujeitos racializados e reafirmando a supremacia do saber colonial (Kilomba, 2019, p. 41-42).

Essa dinâmica de silenciamento e apagamento se insere em um contexto mais amplo de racismo estrutural, que opera como um versátil instrumento de dominação instituído por um imaginário eurocêntrico produzido pela máquina geradora de alteridades que foi a modernidade (Castro-Gomez, 2005, p. 87). Assim, as dinâmicas de poder constituem-se como construções sociais destinadas a subjugar, desumanizar e reforçar o controle branco, assegurando a manutenção de uma estrutura que perpetua desigualdades e impede a autodeterminação dos sujeitos racializados. Controle que não ocorre apenas através da violência física, mas também pela violência simbólica, perpetuada por meio da linguagem e dos estereótipos que ela estrutura. Nesse sentido, a linguagem opera como um dos principais mecanismos de dominação, pois, obrigar negros e indígenas a adotarem a língua e os modos dos brancos, impõe-lhes também uma visão de mundo opressora, reduzindo-os a objetos e negando-lhes a condição de sujeitos autônomos (Fanon, 2020).

A emergência da branquitude como “construto ideológico de poder em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão” (Schucman, 2020) opera como fundamento da lógica colonial, naturalizando os privilégios dos brancos. Por sua vez e complementar, o pacto da branquitude configura-se como uma aliança tácita entre indivíduos brancos para preservar posições de poder e status social, mesmo que de forma inconsciente. Essa dinâmica se expressa nas mais variadas esferas da vida

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

social, como no mercado de trabalho, na educação, na política e nos relacionamentos, por meio de práticas aparentemente neutras ou naturais, que acabam reproduzindo privilégios raciais em benefício da branquitude, marginalizando pessoas negras e mantendo vigente a estrutura racista que sustenta e reforça as desigualdades entre brancos e negros no país (Bento, 2022, p. 17-19).

Esse processo reafirma o sistema colonial no qual o branco não apenas exerce poder, mas também se apresenta como o modelo universal de existência, enquanto os não brancos são relegados a uma posição de alteridade (Fanon, 2022). Assim, compreender a branquitude como uma ideologia de poder é fundamental para dismantelar as bases das hierarquias raciais coloniais e suas permanências no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a branquitude torna-se um importante marcador racial, e o pacto narcísico imiscuído à sua estrutura possui aspectos essenciais que devem ser discutidos em sala de aula, permitindo que os estudantes compreendam os contornos que as relações étnico-raciais adquiriram na atualidade.

A ideia de trazer a temática para o ensino de Sociologia é proporcionar entendimento de que a branquitude constrói uma autoimagem idealizada na qual as pessoas brancas se veem de maneira positiva, como superiores ou mais competentes, visão reforçada pelo sistema social e econômico que as leva a não questionarem como as estruturas sociais favorecem seu grupo racial. Esse narcisismo coletivo é perigoso, pois inibe a autocrítica e impede sua percepção das próprias responsabilidades na perpetuação do racismo estrutural (Bento, 2022, p. 28-29).

O enfrentamento ao racismo exige postura ativa dos brancos em reconhecer e questionar seus privilégios e a estrutura social que os mantém, revelando as dimensões psicológicas e simbólicas do racismo que sustentam a distinção étnico-racial como elemento estrutural da sociedade. O ensino de Sociologia, especialmente quando aborda a alteridade e a negritude, deve problematizar esses legados, valorizando os saberes e expressões culturais das populações subordinadas pelo colonialismo como marcadores identitários que favoreçam processos de ressignificação de alteridades

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

autônomas e autênticas. O enfrentamento ao racismo exige uma postura ativa por parte dos brancos, que devem reconhecer e questionar seus privilégios e as estruturas que os sustentam. Compreender as dimensões psicológicas e simbólicas do racismo é essencial para desnaturalizar a distinção étnico-racial como elemento estruturante da sociedade e, assim, construir formas mais equitativas de produção e valorização do conhecimento.

Identities negras contemporâneas e a prática pedagógica antirracista no ensino de Sociologia

As identidades negras contemporâneas foram moldadas por tensões históricas e sociais resultantes da colonização, da diáspora africana e das estruturas de racismo que continuam a persistir na modernidade. Essas identidades são plurais e dinâmicas, constituídas por múltiplos cruzamentos culturais e históricos. Essa complexidade ultrapassa a ideia de um retorno às raízes africanas como única forma de resistência. Por isso, é fundamental compreender as relações étnico-raciais no contexto das complexidades da globalização e das interseccionalidades, valorizando tanto as heranças africanas quanto as experiências contemporâneas vividas pelos povos negros no Brasil e no mundo (Gadea, 2013).

Devido às diferentes vivências em variados contextos sociais, as populações negras desenvolveram distintos graus de consciência sobre a relação entre “o nós” e “os outros”. Essas experiências, por sua vez, deram origem a formas diversas de expressão e compreensão de si mesmas enquanto comunidade identitária e cultural (Munanga, 2024). As identidades contemporâneas são fragmentadas, múltiplas e híbridas, influenciadas por fatores como globalização, migrações, diásporas e interações culturais, desafiam a noção de uma identidade fixa e rompem com estruturas identitárias rígidas, refletindo a complexidade social e possibilitando novas formas de pertencimento, resistência e reinvenção frente às narrativas hegemônicas (Hall, 2019).

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

A consciência histórica é um dos componentes essenciais para construção de uma identidade ou personalidade coletiva, entretanto, em algumas comunidades negras essas identidades e essas personalidades foram desmontadas para serem remontadas em outro tipo de identidade, “a da consciência do oprimido economicamente e discriminado racialmente” (Munanga, 2024, p. 12-13). Entretanto, a emergência de vozes marginalizadas e de identidades que antes eram invisibilizadas marcam uma ruptura com as narrativas universalistas, tornando as identidades plurais e articuladas a partir das múltiplas posições sociais, culturais e históricas (Hall, 2019).

A identidade negra, ou a negritude (Munanga, 2024, p. 19), é uma construção que inicialmente esteve marcada pela representação criada pela branquitude sobre como a pessoa negra deveria ser (Fanon, 2020, p. 110-113), no entanto, ela transcende essa perspectiva, apresentando-se como um movimento de ressignificação e afirmação identitárias, emergindo como uma resposta ativa à opressão histórica, celebrando as culturas, histórias e valores das populações negras enquanto denuncia as desigualdades e o racismo estruturais, além de promover reconexão com as raízes africanas e o enfrentamento das narrativas coloniais que buscaram desumanizar o povo negro (Munanga, 2024).

A negritude não é uma filosofia, uma metafísica ou uma concepção pretenciosa de universo. Trata-se, antes, de uma maneira de viver a história dentro da história, a história de uma comunidade marcada por experiências singulares, como as deportações de sua população, as transferências forçadas de homens entre continentes, as memórias de crenças distantes e os vestígios de culturas violentamente apagadas. Ela surge como um ato de revolta, direcionado inicialmente contra o sistema cultural global, que, ao longo dos últimos séculos, foi moldado por preconceitos e pressupostos que impõem uma severa hierarquia. Em última análise, a negritude representa uma oposição direta ao reducionismo europeu (Césaire, 2010, p. 108-109).

A ancestralidade se afirma como outro elemento central na construção das identidades negras agindo não apenas como um vínculo com o passado, mas um legado

vivo que orienta as práticas sociais, culturais e políticas no presente. Essa perspectiva reforça a importância da memória histórica e dos valores ancestrais como pilares da resistência contínua contra o colonialismo e o racismo estrutural, além de conectar as comunidades negras às suas raízes africanas e promover a autonomia dos quilombos enquanto espaços de luta e reconstrução identitária (Santos, 2015), funcionando como uma ponte com o passado reforçando tanto a identidade quanto a resistência coletiva dos povos afrodescendentes (Munanga, 2024) adaptada às complexidades e desafios das relações étnico-raciais na contemporaneidade (Gadea, 2013).

No contexto atual da experiência negra e das relações sociais, as identidades negras devem ser compreendidas como construções dinâmicas e plurais, moldadas por experiências históricas, sociais e culturais diversas. É essencial valorizar identidades individuais que transcendem os limites impostos pela associação exclusiva entre negritude e africanidade, permitindo, assim, uma abordagem mais complexa e inclusiva das subjetividades negras (Gadea, 2013, p. 123).

Essas perspectivas podem ser mobilizadas como práticas pedagógicas antirracistas no ensino de Sociologia, promovendo compreensão crítica das identidades negras produzidas das vivências dos estudantes, estimulando reflexões sobre as transformações e complexidades identitárias no presente e incentivando-os a reconhecerem e respeitarem a pluridiversidade cultural e étnica, enquanto se posicionam contra as desigualdades raciais vividas nos seus cotidianos.

Diante dessa realidade, considera-se que a descolonização do currículo escolar e a promoção de uma educação inclusiva e antirracista são fundamentais para romper com a Outridade imposta. Ao incorporar os saberes e as tradições africanas, afro-brasileiras e dos povos originários, o ensino de Sociologia pode se tornar um importante instrumento de resistência contra o racismo estrutural. Essa abordagem permite que jovens negros se reconheçam como sujeitos plenos, afastando a ideia de "outros" marginalizados. Além disso, fortalece a luta pelo reconhecimento e respeito à

diversidade cultural e epistêmica dessas comunidades, ajudando a combater sua invisibilidade, tanto no aspecto geográfico quanto simbólico (Pereira, 2024).

Ao incorporar a Outridade como categoria analítica, a Sociologia no ensino médio pode se tornar uma disciplina antirracista e contracolonial, estimulando nos estudantes a capacidade de reconhecer e valorizar as experiências e perspectivas de grupos historicamente marginalizados que resistiram à colonização. Ao abordar as desigualdades étnico-raciais e suas raízes históricas, o ensino de Sociologia questiona os fundamentos do racismo estrutural, propondo caminhos para sua superação. Além disso, ao investigar as estruturas sociais e as relações de poder, a Sociologia oferece ferramentas para compreender como a Outridade, ou seja, a construção do sujeito negro como “o outro”, figura marginalizada e desumanizada pelo olhar eurocêntrico, que resulta em experiências traumáticas e de exclusão (Kilomba, 2019, p. 37), se manifesta nas dinâmicas étnico-raciais.

Na prática pedagógica, o uso da Outridade como ferramenta analítica permite ao professor fomentar debates que problematizem o eurocentrismo e as narrativas coloniais ainda presentes nos currículos e na sociedade. Por meio da análise crítica de questões como a escravidão, a diáspora africana, a resistência quilombola e as identidades negras contemporâneas, os estudantes podem ser levados a compreender as contribuições históricas, culturais e políticas dos povos negros e indígenas. Tornando assim a disciplina um espaço de aprendizado transformador, no qual o conhecimento não apenas informa, mas também emancipa, fortalecendo nos jovens a consciência de sua responsabilidade na luta contra o racismo e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Esta Sociologia da Outridade da Negritude, ao analisar essas dinâmicas, destaca a importância de práticas educativas que promovam a socialização étnico-racial positiva, essencial para desconstrução de estereótipos, valorização das identidades negras e combate ao racismo, contribuindo para formação de uma sociedade mais equitativa e consciente de suas condições sociais. Para desenvolver uma prática

antirracista efetiva, é necessário reconhecer que o racismo não é apenas um fenômeno individual, mas um sistema que estrutura as instituições, as relações sociais e os processos educativos.

Nesse sentido, trabalhar temas como o racismo estrutural e a história da população negra no Brasil contribui para desfazer narrativas eurocêntricas que invisibilizam a importância dos povos africanos e afro-brasileiros na construção do país, outro ponto central é o desvelamento de estereótipos que desumanizam a pessoa preta e perpetuam discriminações. Assim, a Sociologia assume um papel de resistência ao proporcionar aos estudantes conhecimentos que os capacitam a compreender e transformar as desigualdades raciais e sociais, além de contribuir para que o espaço escolar se torne um ambiente de construção de identidades positivas.

Questionar representações preconceituosas e naturalizadas, como as que associam pessoas negras à pobreza ou à violência, é um passo fundamental para promover a autoestima de estudantes negros e educar os não-negros para uma convivência mais respeitosa e equitativa. Nesse contexto, a prática antirracista no ensino de Sociologia exige o compromisso dos educadores em refletir sobre suas próprias práticas pedagógicas, funcionando como um veículo de restituição da fala tomada pelo processo de dominação. Ser um educador antirracista não se resume a abordar temas raciais de forma pontual, mas a adotar uma postura constante de combate ao racismo, desconstrução de privilégios e promoção de justiça social, uma prática que demanda conhecimento, sensibilidade e a capacidade de lidar com os conflitos que surgem ao tratar de questões raciais em sala de aula (Pinheiro, 2023).

O audiovisual e a Sociologia da Outridade da Negritude

As linguagens visuais possuem um poder comunicativo que transcende o texto escrito, permitindo a produção de significados plurais e polifônicos, pois operam em um campo sensorial e semiótico mais amplo, onde imagem, som, movimento e

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

contexto dialogam simultaneamente. Esse caráter polifônico reside na capacidade do texto visual reunir múltiplas camadas interpretativas, tanto do ponto de vista de quem produz quanto de quem consome o conteúdo (Canevacci, 2001, p. 08).

A linguagem visual não apenas representa, mas também constrói realidades, transformando-se em um meio privilegiado para explorar a diversidade cultural, os conflitos e as subjetividades. Ao dispensar a linearidade característica do texto escrito, ela permite a coexistência de diferentes narrativas e perspectivas, ampliando as possibilidades de negociação de sentidos entre os sujeitos envolvidos na comunicação, atuando como uma ponte entre o global e o local, o tradicional e o contemporâneo, desafiando o espectador a construir suas próprias interpretações diante da complexidade simbólica do que é apresentado (Canevacci, 2001).

As imagens estão profundamente presentes em nossas vidas e frequentemente invadem o ambiente escolar⁶. Surge o desafio de incorporá-las de forma significativa à prática pedagógica na aprendizagem de Sociologia relacionada ao ensino da Outridade e da negritude como estratégia para promover a prática antirracista entre estudantes do ensino médio.

Como então utilizar as imagens em movimento para promover entre os estudantes reflexões e imaginações sociológicas? Como a produção e análise de um audiovisual sobre a cultura de uma comunidade quilombola pode ajudar os estudantes da terceira série do ensino médio de uma escola pública periférica a compreenderem a

⁶ Pesquisa divulgada pela FGV em 2023 destacou o impacto do acesso a tecnologias digitais no cotidiano dos brasileiros, especialmente com a popularização de smartphones e outros dispositivos portáteis. Em 2022, o Brasil contava com 464 milhões de dispositivos digitais, incluindo computadores, notebooks, tablets e smartphones. Desses, 249 milhões eram smartphones, representando uma média de 1,2 smartphones por habitante. Quando somados notebooks e tablets, o total de dispositivos portáteis alcançou 364 milhões, o que equivale a 1,7 dispositivos portáteis por habitante. Além disso, a relação de vendas entre celulares e televisores no país também chama atenção, com 3,3 celulares vendidos para cada aparelho de TV (Meirelles, 2024). Esses dados evidenciam a centralidade das tecnologias móveis e digitais no cotidiano e no imaginário social, destacando como as imagens produzidas por câmeras de celulares se tornaram ferramentas poderosas de mediação da realidade. Essa presença constante não apenas redefine a maneira como as pessoas consomem e interpretam informações, mas também reforça desigualdades no acesso e no uso crítico dessas tecnologias, ao mesmo tempo em que contribui para a banalização ou a superficialidade na leitura do mundo visual.

história e a riqueza cultural dessa comunidade? Por que é importante trabalhar um audiovisual sobre a tradição religiosa de uma comunidade quilombola no contexto escolar, e de que forma essa atividade pode contribuir para o combate ao preconceito racial e a formação de alteridade e de uma consciência crítica nos estudantes de si e do mundo?

A utilização de um audiovisual no ensino de Sociologia da Outridade da Negritude oferece um recurso pedagógico para estimular reflexões e imaginações sociológicas entre os estudantes sobre identidade, alteridade especialmente em contextos sociais marcados por desigualdade e conflitos como os que contornam a escola pública.

A produção e análise de um audiovisual sobre a cultura de uma comunidade afroamapense e quilombola pode possibilitar que os estudantes acessem, de maneira sensível e dinâmica, a história e a riqueza cultural dessa comunidade, aproximando-os de realidades muitas vezes invisibilizadas no currículo formal.

Ao explorar as tradições religiosas e os modos de vida quilombolas, os estudantes poderão se ver confrontados com narrativas de resistência, ancestralidade e identidade que desmontam estereótipos e desafiam visões homogêneas sobre a sociedade. Além disso, o trabalho com o audiovisual no ambiente escolar, abre um espaço para o debate crítico sobre racismo e desigualdades estruturais, fomentando a construção de uma consciência social e ética capaz de enfrentar preconceitos e contribuir para a reaproximação e reconstrução das consciências históricas ainda desmanteladas pela colonialidade.

A imagem pode ser um meio de provocar reflexões críticas, pois, ao ser compreendida como um espaço dinâmico de negociação e reconstrução de significados, é atravessada por múltiplos olhares e perspectivas. Como ponto de partida para esses debates, tomamos a ideia de cinema provocador (Hikiji, 2012) para incentivar os estudantes a refletirem criticamente sobre sua própria posição social e as dinâmicas de poder que moldam as relações étnico-raciais. Mais do que retratar a

realidade, a imagem a ressignifica, influenciando a forma como o público interpreta o mundo e promovendo questionamentos sobre normas sociais, valores culturais e questões políticas.

Nessa perspectiva, essa visão provocadora (Hikiji, 2012) pode ser compreendida como uma ferramenta crítica dentro do processo de negociação de significados (Canevacci, 2001), permitindo que a imagem não seja apenas um reflexo do real, mas um meio ativo de construção de sentidos que desafia interpretações hegemônicas e abre espaço para narrativas plurais. Assim, a relação entre imagem e crítica social se fortalece ao explorar sua potência na desconstrução de discursos dominantes e na ampliação do olhar crítico sobre as complexas relações sociais e culturais.

Em um vídeo que retrata festas populares religiosas de uma comunidade afro-brasileira e quilombola, o filmmaker, autor do texto visual, desempenha um papel de mediação, selecionando e organizando os elementos visuais e sonoros de acordo com sua perspectiva, ao mesmo tempo que busca representar a autenticidade das práticas culturais da comunidade. O ator em cena, ou o informante nativo, é o detentor da vivência e da prática cultural apresentada. Nas festas religiosas, objeto do audiovisual, ele manifesta a complexidade simbólica de sua espiritualidade e identidade coletiva, muitas vezes carregadas de significados ligados à ancestralidade africana e à resistência dessas populações aos dilemas com a vida moderna. Ao ser captado pelo audiovisual, o ator em cena não apenas comunica suas tradições, mas também negocia sua visibilidade e autenticidade diante do olhar externo, incluindo o do filmmaker e, futuramente, o do espectador (Canevacci, 2001, p. 09).

Essa relação é especialmente relevante no uso pedagógico do audiovisual em sala de aula, pois a presença do ator em cena permite ao estudante, que passa a desempenhar o papel de espectador, acessar um universo de alteridade que pode levar a desconstrução de estereótipos e revelar a riqueza daquela negritude. O espectador-estudante completa o ciclo de negociação interpretativa, sendo convidado a interagir

com o material audiovisual não apenas como um registro passivo, mas como um elemento ativo na construção do conhecimento.

Trabalhar com vídeos sobre festas populares afro-brasileiras e quilombolas oferece a oportunidade de discutir a negritude como um espaço de resistência, identidade e alteridade. O recurso audiovisual, nesse contexto, facilita o encontro entre diferentes universos culturais, promovendo o reconhecimento e a valorização da pluridiversidade. Além disso, estimula reflexões críticas sobre os processos históricos e sociais que moldaram essas comunidades, contribuindo para a construção de um olhar mais sensível e inclusivo sobre a pluralidade da sociedade brasileira, da amapaense em especial.

A Sociologia no ensino médio pode desempenhar um papel fundamental ao estimular os alunos a verem para além do simples olhar, ajudando-os a interpretar e questionar criticamente os enigmas da vida cotidiana, o que inclui problematizar aspectos recorrentes e inovadores das relações sociais como o racismo, buscando desnaturalizar preconceitos e compreender as dinâmicas sociais que estruturam a realidade.

No contexto da prática antirracista, o audiovisual pode desconstruir estereótipos sobre pessoas negras, expondo as dimensões históricas, culturais e sociais que marcam suas trajetórias deixadas pelo passado colonial e escravocrata. Além disso, o potencial de provocar empatia e reflexão nos estudantes dos audiovisuais pode incentiva-los a reconhecer as desigualdades raciais como um fenômeno construído socialmente e, portanto, passível de transformação.

A inclusão de temas como relações étnico-raciais e racismo no ensino de Sociologia é uma estratégia poderosa para construir um ambiente educacional transformador, em que os educadores têm o desafio de preparar os estudantes para reconhecer as injustiças raciais e atuar como agentes de mudança (Pinheiro, 2023).

Ao desvelar estereótipos e questionar desigualdades a partir do processo histórico que instituiu o racismo como centralidade marcada pela “recusa em

reconhecer a humanidade integral do outro” (Santos, 2022, p. 162), o ensino de Sociologia através do uso da imagem em movimento contribui com a formação de cidadãos críticos e comprometidos com uma sociedade mais justa e plural.

Por esta razão, o uso pedagógico de recursos audiovisuais na ensinagem de Sociologia da Outridade da Negritude pode ser um importante instrumento para a prática antirracista em sala de aula pela capacidade de capturar e transmitir experiências culturais complexas (Mathias, 2016), permitindo que os estudantes visualizem, questionem e interpretem os processos sociais e simbólicos que constituem as desigualdades raciais, e que aliado a uma perspectiva crítica contribui para desnaturalizar as narrativas hegemônicas que sustentam o racismo estrutural.

Em um mundo desencantado por um sistema de dominação racional-legal e epistemofágico, onde “o sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo” (Kilomba, 2019, p. 37), a utilização dos mistérios ancestrais dos povos quilombolas, tradicionais e originários emerge como uma estratégia de resistência e reencantamento do ensino. Nesse contexto, o uso tático dessas epistemologias, frequentemente marginalizadas pelos paradigmas eurocentrados, não apenas desafia a hegemonia do conhecimento formal, mas também ressignifica o processo educativo ao incorporá-lo a uma dimensão sensível, poética e transcendental.

As imagens em movimento, carregadas de narrativas que evocam as forças do invisível, os ritos cotidianos que sustentam a espiritualidade comunitária e as práticas culturais enraizadas nos territórios tradicionais tornam-se ferramentas pedagógicas capazes de instigar a imaginação e a capacidade de abstração dos estudantes. Esse movimento pedagógico visa romper com a frieza da racionalidade técnica, promovendo o alumbramento em sala de aula, um estado de abertura sensível e de encantamento que possibilita novas formas de percepção e interação com o conhecimento (Rufino e Simas, 2020).

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

Ao articular o sensível e o inexplicável, essa abordagem rompe com a lógica instrumental do ensino tradicional, abrindo espaço para uma experiência educativa onde a beleza, a oralidade e a ancestralidade ocupam um lugar central. Ao reivindicar o mistério e a magia como elementos essenciais das práticas pedagógicas, esse modelo reafirma o encantamento como uma força mobilizadora do aprendizado, possibilitando que os estudantes se reconheçam como sujeitos de saberes enraizados em sua própria história e cultura.

A prática antirracista, o *tornar-se* para Grada Kilomba e o *tornar-se negro* para Neusa Santos Souza

Essa proposta de intervenção pedagógica, em diálogo com as práticas culturais ancestrais, envolve um processo de autoreconhecimento que exige a ressignificação da negritude e da visão imposta pela sociedade sobre ela. Trata-se de um movimento consciente de “tornar-se” (Kilomba, 2019), um processo contínuo de transformação e reconstrução da identidade em conexão com a ancestralidade e a autenticidade, que também favorece o processo de desenvolvimento do “tornar-se negro” (Souza, 2021) como forma de superar a carga negativa internalizada, frequentemente manifestada como sentimentos de inferioridade e rejeição pela própria cor.

A prática antirracista no ensino de Sociologia e as ideias em torno de “tornar-se” marcam o processo educativo de conscientização e transformação que desafia os desígnios da colonialidade e do racismo internalizado (Kilomba, 2019). Nesse sentido, o uso de materiais audiovisuais que retratam a memória, a ancestralidade, a resistência e a criatividade das populações negras como recurso pedagógico, táticos na sua intenção transmutar consciências, para proporcionar aos estudantes compreenderem o racismo não apenas como uma questão teórica, e abstrata, mas como uma realidade vivida que requer posicionamento ético e político.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

Ao intercambiar conhecimento e metodologias das Ciências Sociais, da Sociologia em especial, com os estudos de imagem nas práticas pedagógicas, o professor de Sociologia pode articular reflexões que vão além da superfície, permitindo que os estudantes analisem de maneira crítico-reflexiva como o racismo é perpetuado e representado nas produções culturais e midiáticas. Esse exercício também possibilita o resgate de narrativas silenciadas e o protagonismo de pessoas negras, promovendo um espaço de aprendizado que valoriza a pluralidade cultural e desconstrói visões eurocêntricas que ainda dominam os currículos escolares.

Dessa forma, ao propor uma trilha de aprofundamento voltada para as ensinagens de Sociologia, direcionada especificamente aos estudantes da 3ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Gonçalves Dias, partimos de um documentário que aborda festas religiosas populares no território afroamapaense e quilombola de Carmo do Maruanum. O objetivo é provocar sentimentos, evocar memórias e estimular reflexões críticas em cima de fundamentos empíricos que a imaginação sociológica por estimular, promovendo uma conexão mais profunda com as questões sociais, culturais e pessoais presentes nesse contexto.

A proposta busca estimular os estudantes a compreenderem como o racismo, enquanto herança do colonialismo, atravessa e estrutura as esferas social, cultural, política e econômica que regulam a vida dos indivíduos, perpetuando desigualdades e opressões tanto nas comunidades urbanas quanto nas rurais do país. A abordagem visa não apenas desmascarar essas dinâmicas (Césaire, 2020), mas também promover a ressignificação das alteridades, incentivando uma reflexão crítica sobre os processos históricos que naturalizaram essas hierarquias e a construção de novos olhares que valorizem a instituição política de identidades negras coletivas.

Ao relacionar o audiovisual com os conceitos teóricos e a vivência dos estudantes, buscamos ampliar a sensibilidade e o engajamento crítico diante das questões étnico-raciais, conectando as dimensões históricas e culturais ao presente. Esse processo incentiva a valorização das narrativas e vivências negras como parte

essencial da identidade e da pluridiversidade brasileiras e amapaense, alinhando-se à ideia de que a memória coletiva e o inconsciente dos povos carregam experiências seculares formadoras (Césaire, 2010). Assim, o audiovisual torna-se uma ferramenta poderosa para resgatar e dar visibilidade às histórias silenciadas, promovendo uma compreensão mais ampla das culturas negras e seu papel na construção da sociedade.

Referencial

ANATASIOU, Léa das Graças Camargo. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In.: ANATASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate. *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para estratégias de trabalho em aula*. Joinville: Univille, 2004.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petropolis/RJ, Vozes, 2023.

CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da comunicação Visual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. San Pablo: CLACSO, 2005.

CÉSAIRE, Aimeé. *Discurso sobre a negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CÉSAIRE, Aimeé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Fundação Itaú/Equidade.Info. Sensação de acolhimento de estudantes diminui conforme trajetória escolar. 2024. Disponível em: <https://www.fundacaoitau.org.br/noticias/noticias/sensacao-de-acolhimento-de-estudantes-diminui-conforme-trajetoria-escolar>. Acessado em: 27/12/2024.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

- GADEA, Carlos A. *Negritude e pos-africanidade: Crítica das relações raciais contemporâneas*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
- HIKIJ, Rose Satiko G. *Imagem-violência: etnografia de um cinema provocador*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- MALDONATO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. In: *Culture studies*. Vol. 21, nos 2-3, March/May, 2007, pp. 240-270. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5800/MALDONADO Torres O N THE COLONIALITY OF BEING 1550515847301_5800.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5800/MALDONADO_Torres_ON_THE_COLONIALITY_OF_BEING_1550515847301_5800.pdf). Acesso em: 20/12/2024/
- MATHIAS, Ronaldo. *Antropologia visual*. São Paulo: Nova Alexandria, 2016.
- MEIRELLES, Fernando S. *Uso da TI nas empresas e indicadores*. 35º Pesquisa anual. FGVcia, 2024. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/pesti-fgvcia-2024_o.pdf. Acessado em 25/12/2024.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.
- MILLS, Charles W. *O contrato social*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2023.
- MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. San Pablo: CLACSO, 2005.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. Editora Perspectiva, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2024.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- PEREIRA, Marcos Paulo Torres. Memórias e Identidades em Narrativas Afroamazônicas: Resíduos, Resistências e Ensino de História Comunitária. *Letras Escreve*, v. 14, p. 88-105, 2024.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

- PINHEIRO, Barbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *Colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais*. San Pablo: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificassión social. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- RUFINO, Luiz; SIMAS, Luis. *Encantamento: sobre a política de vida*. Rio de Janeiro: Marula, 2020.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombo: modos e significações*. Brasília/DF, INCTI, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2020.
- SOUZA, Jessé. *O pobre de direita: A vingança dos bastardos – O que explica a adesão dos ressentidos à extrema direita?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2024.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.